

A REPRESENTAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA NO COMITÊ ASSESSOR DO CNPq

*Pedro de Almeida Vasconcelos**

RESUMO

As reflexões desse texto centram-se na apresentação do conjunto de normas que regem o CNPq, relacionando cargos e suas respectivas funções, comentando-os sob o ponto de vista deste professor, que hoje ocupa o lugar de representante da Geografia Humana, no Comitê Assessor deste órgão. Este estudo, mais que uma constatação, – tendo em vista que os dados, aqui comentados, sobre a escassez de bolsas da Capes para a Geografia Humana são de fácil acesso na *Internet* – pretende chamar a atenção para essa realidade que tem prejudicado os pesquisadores dessa ciência e exige que seja ampliado o número de bolsas, proporcionando oportunidades de pesquisa e crescimento na pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: regimento do CNPq, Geografia Humana, pós-graduação, bolsas da Capes.

ABSTRACT

This study presents reflections about the set of rules governing CNPq, relating positions and their respective functions, commenting on them from the standpoint of a professor that is presently the representative of Human Geography at the Advisory Committee for CNPq. This

* Ph.D, Mestre em Geografia pela UFBA e Mestre em Análise Regional pela Unifacs.

study, beyond the realizations it makes – considering that the data commented here about the shortage of Capes scholarships to the area of Human Geography can be easily accessed from the web – aims at drawing attention to a situation that has been harmful to the professors of this area and that now demands the expansion of the number of scholarships, thus offering more opportunities of research and growth with the graduate courses.

KEY WORDS: CNPq guiding rules, Human Geography, graduate courses, Capes scholarships.

Foi uma grande honra ter sido indicado, por meio da votação dos colegas pesquisadores, para a representação da Geografia Humana no Comitê Assessor do CNPq, a partir de junho de 2002. Por outro lado, a responsabilidade é muito grande,¹ pois a função, além de não ser remunerada, concentra um enorme conjunto de atividades, realizadas em um período curto de tempo (em geral uma semana), com emissão de pareceres conclusivos, mas que não garantem a aprovação das numerosas solicitações, cujas quotas e recursos são definidos pelos órgãos deliberativos do Conselho, e que estão relacionadas com as prioridades da instituição e as políticas governamentais, juntamente com as disponibilidades financeiras, fugindo completamente ao controle do representante, que pode ver suas sugestões de aprovação de pedidos serem mencionadas como *aprovadas por mérito*, sem haver uma correspondente liberação de recursos.

Deve ser acrescentado que, ao contrário da representação na Capes – em que o representante conta com o apoio de uma equipe, o que permite a discussão das questões e problemas apresentados –, no CNPq a representação em Geografia Humana é de apenas um membro, ficando o da Geografia Física em outro comitê, o que aumenta a responsabilidade e não permite uma discussão com outros colegas da mesma disciplina.

Na coordenação do *Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação* do CNPq, o representante da nossa área participa do Comitê de

¹ A responsabilidade ainda é maior, quando lembramos dos colegas que já assumiram esta função, como os Profs. Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Liã Osório, Maria Adélia de Souza, Rosa Ester Rossini, Maurício Abreu ...

Assessoramento da Geografia Humana (um representante), Demografia (um representante), Planejamento Urbano e Regional (um representante), e Arquitetura e Urbanismo (dois representantes).

AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO

Segundo as normas de funcionamento dos Comitês de Assessoramento (CA), o objetivo dos respectivos é “prestar assessoria ao CNPq na avaliação de projetos e programas, na formulação de políticas, em assuntos de sua área de competência e na apreciação das solicitações de apoio à pesquisa e à formação de recursos humanos” (Art. 1.^o).

As competências dos Comitês de Assessoramento são definidas no Art. 2.^o: “a) participar do processo de avaliação, acompanhamento, planejamento e análise das perspectivas das áreas do conhecimento e das ações programáticas.” Trata-se de uma orientação bastante geral; “b) contribuir para a formulação de programas e planos de desenvolvimento científico e tecnológico.” Também é muito geral, e pode ocorrer ou não; “c) recomendar à Diretoria Executiva (DEX) ações de fomento em sua área, por meio do Comitê Multidisciplinar de Articulações (CMA).” A recomendação pode ser atendida ou não; “d) analisar as solicitações de bolsas e auxílios, emitindo parecer conclusivo e fundamentado quanto a seu mérito acadêmico e técnico e à sua adequação orçamentária. Para este fim, deverão contar com pareceres de consultores *ad hoc*.” Este é o principal ponto. Em primeiro lugar, deve ser considerado um exame prévio realizado pelo corpo técnico do CNPq, que separa as solicitações que não estão corretamente elaboradas ou incompletas. Ocorre, portanto, uma primeira triagem técnica. Mais importante é o papel dos consultores *ad hoc*, cujo material é distribuído também pelo pessoal técnico do CNPq, e cujos pareceres (positivos e negativos) são fundamentais para a aprovação (ou não) final das propostas e relatórios encaminhados. Devido ao pouco tempo que o representante do CA dispõe, a ausência de pareceres ou a presença de apenas um dos dois pareceres solicitados, pode causar prejuízo ao exame do material encaminhado pelos pesquisadores. Por outro lado, esse processo tem a vantagem de desconcentrar os possíveis *poderes* de veto de um representante, pois como seria possível negar uma solicitação com o respaldo de dois pareceres

positivos, realizados por colegas que tiveram o tempo de examinar cuidadosamente cada pedido? Finalmente, “e) sugerir à DEX nomes de pesquisadores que possam vir a atuar como consultores *ad hoc* em suas áreas de competência e indicar consultores *ad hoc* para solicitações de demanda espontânea – ações contínuas.” O trabalho realizado pelos representantes que me antecederam já deu corpo ao atual grupo de consultores *ad hoc*.

Outro ponto de interesse é o mandato de cada membro do Corpo de Assessores, que é de um período de dois ou três anos, sendo vedada a recondução (Art. 6.º). Há também a preocupação de assegurar a memória das reuniões pela permanência dos membros por um período de 2 anos, mantendo-se a anualidade da renovação parcial (Art. 7.º). Finalmente, cada CA elegerá um coordenador, com um mandato de um ano (Art. 9.º). No momento, o coordenador é a representante da área de Planejamento Urbano Regional.

Há uma norma específica para o Comitê Multidisciplinar de Articulação (CMA) – que integra as nove áreas do conhecimento: três de áreas interdisciplinares e três de áreas de desenvolvimento tecnológico. Sua função é dar assessoramento à Diretoria Executiva do CNPq nos assuntos ligados ao fomento, à formação de pesquisadores e de recursos humanos.

Nesse Comitê, composto por 15 membros, três correspondem às áreas de Engenharias, Ciências Exatas e da Terra; três às de Ciências Humanas e Sociais; três às de Ciências da Vida; três à de Desenvolvimento Tecnológico e, finalmente, três de áreas reconhecidamente multidisciplinares (Art. 4.º). Como pode ser observado, o peso das Ciências Humanas e Sociais é de apenas 20% diante das demais disciplinas.

Essas normas permitem o exame da composição do Comitê das Ciências Humanas e Sociais:

- a) bloco das áreas de Artes, Comunicação e Ciência da Informação; da História e Filosofia; e de Letras e Linguística;
- b) bloco das áreas de Arqueologia, Antropologia, Sociologia e Ciência Política; de Educação; de Psicologia e Serviço Social;
- c) bloco das áreas de Economia, Administração e Direito; de Geografia Humana, Demografia, Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura (Art. 4.º, parágrafo II).

Nas Instruções de Julgamento, específicas para a reunião de 10/2002, foram definidas as seguintes diretrizes gerais:

As recomendações dos CAs devem considerar:

- o parecer técnico emitido pelos consultores *ad-hoc*;
- a pré-análise dos técnicos do CNPq;
- a experiência e qualificação do solicitante; e
- o mérito técnico-científico e a viabilidade técnica do projeto ou plano de pesquisa.

Por outro lado, as referidas instruções lembram que o julgamento é realizado pelo colegiado, devendo ser assinado por todos os membros participantes. Desta forma, ficam definidos os parâmetros nos quais devemos participar dos julgamentos.

Em carta de 05/06/2003, o novo presidente do CNPq, Erney Plessmann de Camargo, informa do retorno à apreciação dos CAs de todas as modalidades de auxílio, tanto de fomento como de formação de pessoal, ou seja “pedidos de bolsas de Produtividade em Pesquisa de Doutorado no exterior, de Pós-Doutorado no país e no exterior, de Recém-Doutor, além de bolsas Sanduíche de Apoio Técnico. Deverão também analisar solicitações de auxílios a congressos, publicações e viagens ao exterior.” Essa sobrecarga, mencionada inclusive no referido ofício, poderá ser prejudicial ao andamento das demandas contínuas, como prejudicará os representantes de área, pois talvez uma semana de trabalho não seja mais suficiente para a reunião de cada comitê assessor, o que repercutirá nas sempre complicadas reposições de aulas e no andamento das demais atividades de orientação e pesquisa.

A SITUAÇÃO DAS BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA NA GEOGRAFIA E NAS DISCIPLINAS AFINS

De acordo com o relatório elaborado pelo Comitê Assessor de Ciências Sociais Aplicadas, de novembro de 2001, coordenado pelo Prof. Maurício Abreu, a situação da Geografia Humana era semelhante a das demais disciplinas do CA (Demografia, Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura), tendo tido os seguintes coeficientes da relação demanda/disponibilidade das bolsas de produtividade de pesquisa: 1,67 (02/1999); 2,00 (06/1999); 1,55 (11/1999); 1,40 (06/2000); 1,77 (06/2001) e 2,45 (11/2001), tendo a disciplina, inclusive, ficado em situação favorável diante das demais em 11/1999, 06/

2000 e 11/2001. Essa relação também foi elaborada para os casos de auxílio técnico e iniciação científica.

Na primeira reunião da qual participei, em outubro de 2002, causou-me espanto o reduzido número de bolsas liberado para a Geografia Humana, ou seja 6 bolsas para 28 pedidos, enquanto que para a Demografia tinham sido liberadas 7, para o Planejamento Urbano e Regional 11 e para a Arquitetura e Urbanismo 15. O desequilíbrio foi tão grande que *sobrou* uma bolsa para a Demografia, que só tinha 6 novas demandas. Sendo assim, foi solicitada a bolsa sobressalente para a nossa área, que ficou *devendo* esta vaga para próxima reunião a ser realizada no mês de julho.

Com a disponibilidade das informações na *Internet*, em fevereiro de 2003, sobre as concessões das bolsas de produtividade de pesquisa, foi possível elaborar, com a colaboração do colega Sylvio Bandeira de Mello e Silva, uma comparação com as disciplinas similares à nossa, pois agora o acesso a informações sobre o número atual de bolsistas de todas as áreas estão disponíveis, sendo possível confirmar a baixa concessão de bolsas para a Geografia Humana, conforme indicado a seguir:

CURSOS	A	B	C
Geologia – Geografia Física	164	50	3,28
Economia	131	42	3,12
História	125	39	3,21
Sociologia	105	37	2,84
Antropologia	79	23	3,43
Filosofia	73	30	2,43
Ciência Política	52	16	3,25
Geografia Humana	43	6	7,17
Arquitetura e Urbanismo	37	16	2,31
Planejamento Urbano e Regional	34	10	3,40
Demografia	16	6	2,67
Fonte: CNPq, 2003.			

Tabela 1:
(a) bolsas em curso
(b) bolsas
concedidas em 01/
2003
(c) *al/b*.

O divisor (C) indica uma bolsa concedida para cada 7 pesquisadores na Geografia Humana, número completamente divergente dos demais. Uma rápida comparação, entre a Geografia Humana e a Arquitetura e Urbanismo, mostra esse desequilíbrio, que é ainda mais forte no caso da Demografia, com o agravante das referidas disciplinas serem do mesmo comitê.

Tendo em vista esta situação, enviei carta para a Coordenação das Ciências Humanas e Sociais do CNPq, em 06/02/03, solicitando a verificação da existência de um possível engano na atribuição de bolsas para a Geografia Humana, assim como, pedindo o aumento do número delas para a próxima reunião de julho.

Solicitei também o apoio das nossas associações e obtive cartas de apoio da AGB, datada de 12/02/03, assinada pelo colega Presidente Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, assim como da Anpege, datada de 21/02/03, assinada pela colega Presidente, Prof.^a Dra. Gerusa Maria Duarte, que destacou a existência de 25 programas de pós-graduação na Geografia como um todo.

Espera-se que, com o apoio das nossas instituições, o número de concessão de bolsas de produtividade de pesquisa seja ampliado, tendo em vista, também a situação do efetivo de pesquisadores da nossa disciplina em relação às demais, e da grande demanda de novos pesquisadores que vêm seus pedidos aprovados pelo mérito, mas não são contemplados, devido ao baixo número de bolsas disponíveis. Adicione-se, só para comparação, a vigência de 12 bolsas de pesquisa para 31 de julho próximo, de 16 em 28/02/2004 e 14 em 31/07/2004,² para demonstrar a gravidade da situação, apenas contando as possíveis solicitações de renovação, sem mencionar a necessária entrada de novos bolsistas no sistema.

Um primeiro comentário é sobre a diferença entre os pesquisadores conjuntos da Geologia e da Geografia Física (164) em relação aos da Geografia Humana (43).³ Como as duas disciplinas estão adicionadas e a Geologia é dominante, a comparação não é relevante. Por outro lado, nas áreas das ciências sociais e humanas, o número de pesquisadores em Geografia Humana

¹ Levantamento efetuado pelo Prof. Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

² Este foi o número que serviu de base de cálculo, tendo sido ampliado com as bolsas liberadas em 02/2003, com a concessão de 7 bolsas de renovação, menos as que não foram renovadas, por não terem tido pedidos de renovação, atualizando o total para 47 pesquisadores.

com bolsas de produtividade de pesquisa ainda é muito baixo, comparando com áreas próximas como a História (125 pesquisadores),⁴ Sociologia (105), e mesmo a pequena área das Ciências Políticas (52). A Geografia Humana aparece com maior número de pesquisadores do que em Arquitetura e Urbanismo (37 pesquisadores), mas um bom número de pesquisadores da área de Planejamento Urbano e Regional (34 pesquisadores) são arquitetos e urbanistas. Esses dados mostram a necessidade de ampliação do número de pesquisadores bolsistas, considerando que as solicitações de novas bolsas não tem sido atendidas, o que indica que nossa área tem um potencial bem maior de pesquisadores atuantes, sem mencionar a possibilidade de vários pesquisadores não dependerem de recursos federais, como no caso de São Paulo, onde existe uma grande oferta da Fundação Estadual (Fapesp).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS BOLSAS DE PRODUTIVIDADE DE PESQUISA

Como somos geógrafos, é sempre interessante tentar realizar uma visão espacial da distribuição de bolsas do CNPq, de produtividade de pesquisa, no país.

Certamente, a já mencionada existência de fundações importantes, como a do Estado de São Paulo, deve distorcer a distribuição espacial dos 49 pesquisadores⁵ com bolsas do CNPq.

Um primeiro exame, mostra uma concentração de bolsistas no Estado do Rio de Janeiro (22), assim como na Universidade Federal do Rio de Janeiro (15). Outros pesquisadores estão vinculados a Universidade Federal Fluminense (04), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (02) e ao IBGE. O segundo estado em número de bolsistas é o de São Paulo (18), sendo nove originários da USP, embora uma pesquisadora esteja alocada em Santa Catarina. A Unesp-Presidente Prudente contava com cinco pesquisadores, seguida pela Unicamp (2), pela Unesp-Marília e por um instituto de pesquisa. Os dois estados concentram, portanto, 40 bolsas de produtividade de pesquisa no país, alcançando

⁴ Em estudo realizado para o ano de 1989, Sylvio Bandeira de MELLO E SILVA (1990, p. 128) levantou um total de 212 bolsas para a Geografia, enquanto que a História contava com 647.

⁵ Dados da listagem de 27/09/2002, que permitem o exame da origem dos bolsistas em produtividade de pesquisa.

um elevado percentual de 82 %.⁶

Dois estados do Nordeste e um do Norte concentram o restante de bolsas no país: na Bahia estão quatro pesquisadores, todos vinculados à Universidade Federal, enquanto que em Pernambuco dos três pesquisadores, dois estão alocados na Universidade Federal, enquanto o terceiro está vinculado a uma fundação. No Pará, um dos pesquisadores está vinculado a um núcleo de pesquisa da Universidade Federal, enquanto uma segunda pesquisadora está vinculada a uma instituição da Amazônia, embora mantendo seu endereço no Rio de Janeiro.

Este primeiro exame, mostra a ausência de pesquisadores de programas importantes, inclusive dispondo de cursos de doutorado, que podem contar com bolsas de pesquisa estaduais. Entre estes, podemos citar a Unesp-Rio Claro, a Universidade Federal de Santa Catarina – embora tenha uma pesquisadora vinculada à USP – e os vários programas do Estado de Minas Gerais.

Outro rápido exame que pode ser efetuado é sobre a distribuição dos 19 pesquisadores de nível 1 (A, B e C). No total são 15 de nível 1-A, dois de 1-B e um de 1-C.: cinco estão vinculados à UFRJ, cinco à USP, três à UFBA e, os demais, à UFPA, à UERJ, ao IBGE, a uma fundação, a um instituto e a uma companhia de pesquisa.

Outra tentativa foi a de agrupar as temáticas dos pesquisadores, de forma aproximada, aos grandes campos da disciplinas, o que resultou no seguinte: Geografia Regional (17), sendo 8 no nível 1; Geografia Urbana (14), com 6 no nível 1; Geografia Política (5), com 2 no nível 1; Geografia Social e da População (4), com 2 em nível 1; Geografia Agrária (3), com 1 em nível 1; Geografia Econômica (3); e 1 para Geografia do Turismo, para Geografia Cultural e Geografia Socioambiental. Certamente, a aprovação de novos projetos de pesquisa mudariam este perfil, com a emergência de novos campos e novas temáticas.

CONCLUSÕES

A ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil, a ampliação de formação de doutores no Brasil e no exterior, o aumento da produção na área

⁶ Para o conjunto das bolsas do CNPq, referentes ao ano de 1989, Sylvio Bandeira de MELO E SILVA (1990, p. 131) encontrou uma concentração de 67% das bolsas concentradas nos dois estados do Nordeste.

da Geografia Humana, está a exigir a ampliação do número de bolsistas, tanto do CNPq como nos demais órgãos de fomento. Embora seja frustrante receber aprovações sem a equivalente bolsa de pesquisa, acredito que a pressão das demandas deva continuar e não recuar, pois é a partir dessa demanda crescente que o espaço da Geografia Humana poderá ser ampliado junto as demais ciências sociais, e refletir o crescimento e a importância social que a mesma está adquirindo diante da sociedade brasileira.

Outro aspecto a ser destacado é a concentração de bolsas nos dois principais estados do Sudeste, que ainda aumentou, se compararmos os levantamentos efetuados pelo Prof.^o Sylvio Bandeira de MELO E SILVA (1990) referente ao ano de 1989 e o nosso, do início deste ano. A ampliação do número de bolsas é, portanto, imprescindível para acompanhar a ampliação do número de pesquisadores, devido à ampliação das próprias atividades de pós-graduação nesta área. A recente concessão de adicional de bancada para os pesquisadores de nível 1-A e 1-B é positiva, mas não vem no sentido de ampliar o quadro dos pesquisadores bolsistas.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, B. M. *Carta do presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB*, 12 fev. 2003.
- DUARTE, G. M. *Carta do presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – Anpge*, 21 fev. 2003.
- CNPq. Of. Circ. Pr. N.º 0222/03, de 05 junho de 2003.
- CNPq. Resultados dos CAs (Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Demografia, Economia, Filosofia, Geografia Física e Geologia, História, Planejamento Urbano e Regional, Sociologia). Brasília, 27 jan. 2003.
- CNPq. *Resultado*. Disponível: http://oases.cnpq.br:10007/divulg/plsql/RESULTADO_COTA-IC-AT-102002.bolsa
- CNPq. DPT. DPH. *Instruções de julgamento*. Reunião do CA de out. 2002.
- CNPq. *Carta sobre o mandato do representante atual*, 27 jun. 2002.
- CNPq. *Relatórios operacionais*. Relatórios de processos na situação: 51 - Em Curso. Programa Básico de Geografia. Brasília, 27 set. 2002.
- CNPq. *Relatório do Comitê Assessor de Ciências Sociais Aplicadas*. Brasília, 26 a 30 nov. 2001.
- CNPq. *Assessoria técnico-científica*. Comitê de Assessoramento – Áreas do Conhecimento – 2001.
- CNPq. *Instâncias decisórias*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/sobre/cnpq/instanciasdecisórias/ca2001/22shs-es.htm>
- CNPq. *Normas do Comitê de Assessoramento*. Normas de Funcionamento.
- CNPq. *Normas*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/sobre/cnpq/normas/normas.htm>
- CNPq. *Normas*. Seção 3. Comitê Multidisciplinar de Articulação (CMA).
- MELO E SILVA, S. B. de Uma avaliação da Geografia no CNPq em 1989. *Geografia*, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 123-132, abr. 1990.
- VASCONCELOS, P. de A. *Carta para a Coordenação de Ciências Humanas e Sociais do CNPq*, 06 fev. 2003.